

ENSINO DA ESCRITA ALFABÉTICA NA EDUCAÇÃO INFANTIL: um estudo sobre as aproximações e os distanciamentos entre a BNCC e os documentos curriculares dos estados da região Nordeste¹

Maria Vitória Bezerra da Silva ²

RESUMO

As crianças têm seu primeiro contato com a língua escrita antes do ingresso na instituição escolar. Não obstante, críticas são realizadas em relação ao ensino desse objeto cultural na Educação Infantil, sob o argumento de que a alfabetização nessa etapa da escolaridade violaria as necessidades e os interesses das crianças. Diferentemente dessa posição, consideramos possível ensinar a ler e a escrever na Educação Infantil de forma lúdica e significativa, garantindo o direito de brincar. À vista disso, o presente estudo teve por objetivo investigar as aproximações e os distanciamentos entre o que propõe a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e os documentos curriculares dos estados da região Nordeste voltados à Educação Infantil, no que se refere ao ensino do sistema de escrita alfabética. Para tanto, realizou-se uma pesquisa documental da BNCC e dos currículos dos nove estados do Nordeste, cujos dados foram tratados a partir da análise temática de conteúdo. De modo geral, foi possível perceber, com esta investigação, que a maioria dos documentos curriculares do Nordeste reproduzem literalmente os objetivos de aprendizagem e desenvolvimento da BNCC. Apesar de utilizarem a BNCC como referência, os currículos de Sergipe e, sobretudo, o de Pernambuco apresentam mudanças nos objetivos indicados, recontextualizando, portanto, o que propõe a Base.

Palavras-chave: Alfabetização. Educação infantil. BNCC. Documentos curriculares dos estados do Nordeste.

1. Introdução

Muito se discute sobre a alfabetização, tendo em vista que ela constitui condição necessária para a participação autônoma nas práticas letradas da sociedade em que vivemos e ao exercício mais pleno da cidadania. No senso comum, propaga-se a ideia de que saber ler e escrever são características inerentes às pessoas alfabetizadas. No entanto, Soares (2010) enfatiza que, para além dessas competências, é necessário desenvolver habilidades de uso da leitura e da escrita no contexto social e cultural.

Diante do processo de “desinvenção da alfabetização” (SOARES, 2004) desencadeado, dentre outras coisas, pela “hegemonia do letramento” (MORAIS, 2012), destacamos que a alfabetização – apropriação do sistema de escrita alfabético e de suas convenções – e o letramento – usos e práticas sociais da leitura e da escrita – são fenômenos distintos, com especificidades próprias, mas, por serem interdependentes, precisam ocorrer de forma simultânea no processo de aprendizagem da língua escrita. Dessa forma, o ideal seria, segundo Soares (2020), “alfaletrar”.

¹ Trabalho de conclusão de curso desenvolvido sob orientação do prof. Dr. Alessandro da Silva. Email: alexsandro.silva2@ufpe.br

² Graduanda em Pedagogia pela UFPE/CAA – Caruaru/PE. Email: vitoria.bezerrasilva@ufpe.br.

Nas sociedades “grafocênticas” (SOARES, 2010), a escrita está presente em todos os espaços, sendo, pois, fundamental na vida dos sujeitos. Sendo assim, as crianças têm seu primeiro contato com a língua escrita nos diferentes contextos vivenciados diariamente antes do ingresso na instituição escolar. Não obstante, algumas críticas são realizadas em relação ao ensino da língua escrita na Educação Infantil, sob o argumento de que a alfabetização nessa etapa da escolaridade violaria as necessidades e os interesses das crianças.

Ante essa posição, consideramos que as crianças têm o direito de aprender a ler e a escrever. Concordar com esta perspectiva não significa defender o ensino mecânico e repetitivo de letras, sílabas, palavras e/ou subtrair as interações e a brincadeira, que são inerentes a essa etapa do desenvolvimento da criança. É preciso que o ensino da língua escrita esteja presente de forma significativa e contextualizada, de acordo com as especificidades da infância, a fim de promover a apropriação de alguns princípios do SEA³ (MORAIS, 2012), o que pode ser iniciado já na Educação Infantil.

O interesse pelo estudo desse tema surgiu a partir do aprofundamento da temática durante o curso de Pedagogia da UFPE, por meio das disciplinas obrigatórias Metodologia do Ensino de Língua Portuguesa (MELP) I e II, sobretudo I, que proporcionou o conhecimento sobre o percurso evolutivo de apropriação do SEA, que envolve a construção e reconstrução de hipóteses de escrita das crianças, descritas na teoria psicogenética formulada por Emília Ferreiro e Ana Teberosky (1985) tendo como foco a criança que aprende.

Outras experiências da trajetória acadêmica também possibilitaram outras oportunidades de aproximação com a temática. Dentre elas, estão duas eletivas cursadas – Alfabetização e Letramento e Texto, Contexto e Processos Inferenciais – e os estudos realizados durante a participação no Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC/UFPE)⁴, por meio da leitura de autores como Ferreiro (2001), Morais (2012) e Morais; Cavalcanti; Oliveira (2014).

Na Iniciação Científica, dentre as discussões empreendidas, refletimos sobre o significado da alfabetização na educação infantil a partir da compreensão de que, desde muito cedo, as crianças começam a pensar sobre o sistema de escrita alfabética, conforme evidenciado pela teoria psicogenética, e analisamos comparativamente documentos curriculares nacionais direcionados à educação infantil e aos anos iniciais do ensino fundamental.

³ Sistema de Escrita Alfabética – SEA.

⁴ O projeto foi desenvolvido sob a orientação do Prof. Dr. Alessandro da Silva, no período 2022-2023, com o apoio do CNPq. Por meio de um estudo comparativo, buscou investigar as apropriações da teoria da Psicogênese da Escrita em documentos curriculares oficiais nacionais brasileiros voltados à educação infantil e ao ciclo de alfabetização (RCNEI/PCN e BNCC).

Esse estudo despertou-nos a curiosidade no que se refere à concepção de alfabetização nos documentos curriculares dos estados da região Nordeste destinados à etapa da Educação Infantil, tendo em vista que eles representam um discurso oficial sobre o ensino da língua escrita nessa etapa. Dessa forma, reconhecemos a importância de debruçarmo-nos sobre esse objeto de estudo, no tocante à problemática da alfabetização – entendida como o processo de apropriação inicial da escrita alfabética e de suas convenções – em um contexto que, por vezes, desaprova o ensino da língua escrita na educação infantil utilizando o argumento de que a sua antecipação interferiria na vivência de outras linguagens e experiências infantis.

Diversas pesquisas sobre alfabetização têm sido realizadas a fim de ampliar o conhecimento acerca do tema e de contribuir para a construção de reflexões no cenário educacional. Com base no levantamento de produções científicas realizado no site da Scielo⁵ destacamos que, dentre as 18 (dezoito) produções encontradas, 3 (três) estão relacionadas ao nosso objeto de estudo.

Salientamos que os três trabalhos selecionados apresentam a alfabetização relacionada à Educação Infantil. Morais, Silva e Nascimento (2020) analisam o que as três versões (2015, 2016, 2017) da Base Nacional Comum Curricular propõem sobre o ensino da notação alfabética e as práticas de leitura e escrita de textos na educação infantil. Albuquerque e Ferreira (2020), por sua vez, discorrem sobre o trabalho voltado à apropriação da escrita alfabética na Educação Infantil a partir de um estudo feito no Brasil e na França. Já Morais, Albuquerque e Brandão (2016) buscam discutir sobre o ensino e a aprendizagem da língua escrita no final da etapa da educação infantil.

Em uma análise geral, percebe-se que, entre os trabalhos anteriores, apenas o primeiro enfoca a perspectiva do ensino da língua escrita na educação infantil em documentos curriculares. Assim, este estudo reveste-se de especial relevância e busca investigar a seguinte questão: *Quais as aproximações e os distanciamentos entre o que propõe a BNCC e os documentos curriculares dos estados da região Nordeste voltados à Educação Infantil, no que se refere ao ensino do sistema de escrita alfabética?* Para isso, elencamos como objetivo geral: *Investigar as aproximações e os distanciamentos entre o que propõe a BNCC e os documentos curriculares dos estados da região Nordeste voltados à Educação Infantil, no que se refere ao ensino do sistema de escrita alfabética.* Esse objetivo geral desdobra-se nos seguintes objetivos específicos: *1) Identificar os objetivos de aprendizagem e desenvolvimento relativos ao ensino*

⁵ A partir da aplicação dos seguintes filtros: coleção Brasil; idioma português; área temática educacional; ano de publicação: a partir dos anos 2000.

do sistema de escrita alfabética na BNCC e nos documentos curriculares investigados; 2) Analisar as aproximações e os distanciamentos entre os objetivos de aprendizagem e desenvolvimento presentes na BNCC e nos documentos curriculares estaduais investigados.

2. Referencial Teórico

2.1 Alfabetização no contexto da Educação Infantil

No quadro dos métodos tradicionais de alfabetização – sintéticos e analíticos –, a escrita alfabética é compreendida como um código de transcrição da fala a ser memorizado pelo aluno, considerado como uma tábula rasa que, ao entrar na escola, estando em estado de “prontidão”, recebe informações restritas sobre as correspondências som-grafia (MORAIS, 2012). Estes métodos não consideram o que as crianças pensam sobre a escrita, resumem o conhecimento desta ao conhecimento das letras e dos seus respectivos sons e partem da visão adultocêntrica ancorada no falso pressuposto de que o acesso à língua escrita inicia-se apenas no momento e da forma que os adultos determinam (FERREIRO, 2001).

Na contramão desta perspectiva, conforme apontado por Morais (2012), a teoria da Psicogênese da língua escrita, de Emília Ferreiro e Ana Teberosky, difundida no Brasil na década de 1980, representou uma nova forma de compreender o processo conceitual de apropriação da língua escrita, ao deslocar a questão do “como se aprende” para o “como se ensina” (SOARES, 2004). A escrita alfabética passou a ser concebida como um sistema notacional cuja apropriação envolve a compreensão de duas questões, uma de ordem conceitual e a outra de ordem convencional: “1. O que as letras representam (ou notam, ou substituem)? 2. Como as letras criam representações (ou notações)? (Ou seja, como as letras funcionam para criar representações/notações)?” (MORAIS, 2012, p. 49)

As crianças são, pois, consideradas como seres ativos que se apropriam do Sistema de Escrita Alfabética (SEA) mediante um processo evolutivo, no qual os conhecimentos prévios construídos sobre o funcionamento da escrita vão sendo reconstruídos à medida que novas informações são compreendidas. Dessa forma, para o indivíduo se alfabetizar, ele precisa realizar um complexo trabalho cognitivo que implica a elaboração de hipóteses que representam as suas concepções sobre a notação escrita da língua.

Segundo Morais (2012) o processo evolutivo percorrido pelos aprendizes é dividido em: **fase pré-silábica**, em que a criança ainda não compreende que a escrita nota a pauta sonora das palavras que pronunciamos; **fase silábica**, na qual o aprendiz compreende o que a escrita nota e tende a colocar uma letra para cada sílaba pronunciada, podendo ter ou não valor sonoro convencional; **fase silábico-alfabética**, que representa uma evolução na questão “como”, pois

a criança entende que cada sílaba pode ter mais de uma letra; por último, chega-se à **fase alfabética**, em que as crianças compreendem a organização e o funcionamento da escrita e fazem a correspondência entre fonemas e grafemas, apesar de cometerem erros ortográficos. O autor supracitado ressalta também que o fato de estar na hipótese alfabética não significa ser alfabetizado.

No contexto da Educação Infantil, Soares (2009) ressalta que, é necessário o trabalho com atividades que envolvam a alfabetização e o letramento, isto é, inserir a criança em práticas de uso da língua escrita e, ao mesmo tempo, de reflexão sobre a escrita alfabética. Entretanto, existem algumas tensões em relação à alfabetização no contexto da Educação Infantil que advém, dentre outras questões, da visão adultocêntrica na qual está fundamentada a questão “deve-se ou não ensinar a ler e a escrever na pré-escola?” (FERREIRO, 2001, p. 96).

Conforme o ponto de vista de Ferreiro (2001), as crianças são sujeitos inseridos na cultura escrita e não esperam permissão de um adulto para aprender, elas começam a pensar e formular ideias sobre o SEA antes de entrar na escola. Portanto, esse questionamento é incoerente, tendo em vista que resulta em uma polarização: “a alfabetização precoce com métodos tradicionais ou a supressão do ensino da língua escrita e de sua notação, em nome de preservar-se a ludicidade naquela fase da educação básica” (MORAIS; ALBUQUERQUE; BRANDÃO, 2016, p. 519).

Brandão e Leal (2011) identificam dois caminhos percorridos no trabalho com a língua escrita na Educação Infantil que correspondem aos extremos supracitados. O primeiro é a “obrigação da alfabetização”, que consiste no treino mecânico de habilidades perceptuais e motoras realizado através de exercícios preparatórios de associação som-grafia, sendo a escrita alfabética compreendida como um código. O outro caminho é o do “letramento sem letras”, que, diferentemente do primeiro, exclui totalmente a língua escrita, tendo em vista que o seu ensino é proibido na Educação Infantil por ser um “conteúdo escolar” a ser iniciado apenas no Ensino Fundamental. Sendo assim, enfatizam-se as outras linguagens – corporal, musical etc.–, vistas como apropriadas para essa etapa da escolarização.

Sob outra perspectiva, Brandão e Leal (2011) anunciam, então, um terceiro caminho, que não consiste nem na preparação mecânica e enfadonha das crianças para a alfabetização, nem no banimento do ensino da notação alfabética na Educação Infantil. Trata-se do “ler e escrever com significado”, isto é,

(...) ensinar a escrita na Educação Infantil de forma sistemática, incluindo aspectos relativos à *apropriação do sistema alfabético* de escrita, sem desconsiderar os objetivos e as atividades no eixo do *letramento*, bem como

outras necessidades relativas ao desenvolvimento e vivências da infância.”
(BRANDÃO; LEAL, 2011, p. 21)

Dessa forma, concordamos que é possível ensinar a ler e a escrever na Educação Infantil de forma contextualizada, reflexiva e significativa, sem desrespeitar a cultura da infância e as especificidades dessa etapa. Conforme apontado por Araújo (2016, 2017), é possível articular a leitura, a escrita e o brincar na Educação Infantil, através de estratégias de ensino direcionadas à alfabetização na perspectiva do letramento (BRANDÃO; LEAL, 2011; SOARES, 2009), sem desconsiderar as interações e a brincadeira, que é o eixo central dessa etapa escolar da infância.

Para que as crianças cheguem ao final da Educação Infantil compreendendo, pelo menos, que “as letras notam ou substituem a pauta sonora das palavras que pronunciamos e nunca levam em conta as características físicas ou funcionais dos referentes que substituem” (MORAIS, 2012, p. 51) – , podem ser utilizados textos da tradição oral e de outros gêneros, sem resumi-los ao treinamento fonológico e fonêmico, além de brincadeiras de “faz de conta”, sem perder de vista o contexto lúdico (ARAÚJO, 2016, 2017).

Brandão e Leal (2011) também propõem um conjunto de atividades que podem ser desenvolvidas na Educação Infantil distribuídas em cinco blocos que têm como finalidade estimular: as práticas de leitura e escrita de forma significativas contando com a participação das crianças; a leitura e a escrita espontâneas; a análise fonológica com e sem correspondências com a escrita, fazendo uso de jogos como o “bingo de figuras”; o conhecimento das letras (nome e grafia) e reconhecimento de palavras a partir de jogos, como o “bingo de nomes”; e a discriminação perceptual e coordenação visomotora.

Ante tais considerações, concluímos que, na Educação Infantil, embora o foco não seja alfabetizar as crianças, é preciso iniciar o processo de apropriação da escrita alfabética de forma sistemática e significativa, de modo que, ao final dessa etapa, os aprendizes possam ter superado a hipótese pré-silábica, compreendendo que as letras notam a pauta sonora das palavras que pronunciamos.

2.2 Alfabetização em documentos curriculares oficiais de Educação Infantil

Assim como Morais, Silva e Nascimento (2020, p. 4), ao discorrerem sobre a questão curricular no Brasil, compreendemos, nesta pesquisa, o “currículo” como “documento curricular prescrito às escolas pelas instâncias oficiais, mas sem desconsiderar as interfaces desse documento como currículo praticado nas instituições escolares”. Entendemos ainda, na esteira desses autores, que o currículo é constituído por saberes que refletem interesses hegemônicos do contexto histórico, social e político em que é elaborado.

Consideramos também de acordo com os autores supracitados que os documentos curriculares são importantes no âmbito da educação brasileira e que sua inexistência causa uma variação no ensino dos alunos de uma mesma escola e ausência de progressão dos conteúdos. No entanto, tal como Moraes, Silva e Nascimento (2020), compreendemos que é preciso que os professores participem ativamente do processo de negociação dos documentos curriculares, para que sua elaboração não aconteça de forma autoritária e padronizada.

Diante do exposto, trazemos a concepção de alfabetização presente nos documentos curriculares oficiais destinados à Educação Infantil no Brasil. O Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil (RCNEI) (BRASIL, 1998), primeiro documento curricular nacional voltado à Educação Infantil, na seção “Linguagem oral e escrita”, do terceiro volume⁶, apresenta trechos que remetem a ideias próprias da teoria da Psicogênese da língua escrita, como a de que, desde muito cedo, as crianças, compreendidas como seres ativos, começam a pensar sobre a escrita e por meio de um processo evolutivo de construção e reconstrução do conhecimento refletem sobre o sistema de escrita alfabética. Em relação à alfabetização, o documento não privilegia o ensino do sistema de escrita alfabética ao apresentar objetivos direcionados quase que exclusivamente ao eixo do letramento (MORAIS; SILVA; NASCIMENTO, 2020)

As Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Infantil (DCNEI), implementadas por meio do Parecer nº 20/2009, apresentam, conforme Brandão e Leal (2013), práticas de ensino direcionadas ao eixo do letramento. Em relação ao ensino do sistema de escrita alfabética, ressaltam, segundo ainda essas autoras, apenas o que não deve ser feito no ambiente escolar, isto é, trabalhar com a língua escrita de forma mecânica e sem sentido ancorada na perspectiva da escrita como código. Sendo assim, o documento não prioriza o trabalho com “alfabetização” na Educação Infantil e não considera que as crianças antes mesmo de entrar na escola já pensam sobre a notação escrita da língua e os seus usos sociais.

Ao analisar as propostas curriculares oficiais de Educação Infantil de nove capitais do Brasil em um estudo publicado antes da instituição da BNCC, Brandão e Leal (2013, p. 146) enfatizavam que os documentos apresentam orientações sobre aprendizagem da leitura e escrita que poderiam ser categorizadas em três grupos. Entre tais concepções, a perspectiva de alfabetizar e letrar simultaneamente tinha destaque ao aparecer em 5 (cinco) documentos. Três propostas curriculares enfatizavam o trabalho com o letramento na Educação Infantil e apenas

⁶ Dados obtidos a partir de um estudo realizado na Iniciação Científica.

uma proposta apresentava a escrita como um código que pode ser memorizado através de métodos sintéticos que partem das letras (unidades menores) até chegar às unidades maiores.

A BNCC Educação Infantil, por sua vez, reporta-se à escrita como sistema de representação (BRASIL, 2018, p. 42). No entanto, segundo Moraes, Silva e Nascimento (2020), as três versões da Base – 2015, 2016, 2017 – pouco explicitam sobre o ensino da notação alfabética e, portanto, não inclui a reflexão sobre a notação da língua escrita como algo a ser priorizado nessa etapa da escolarização.

Para concluir essa seção, destacamos que a Política Nacional da Alfabetização (PNA) instituída pelo Decreto nº 9.765, de 11 de abril de 2019, representou um retrocesso para o trabalho pedagógico no âmbito da Educação Infantil, tendo em vista que se pauta em uma perspectiva tradicional de alfabetização cujas práticas mecanizadas estão voltadas à memorização e à decodificação da escrita (NOGUEIRA, 2019). Nesse sentido, deslocou-se para o outro extremo dos outros documentos curriculares nacionais brasileiros do campo da Educação Infantil.

Dessa forma, percebemos que a maioria dos documentos supracitados (RCNEI, DCNEI e BNCC) privilegiam o letramento em detrimento da alfabetização, desconsiderando o ensino do SEA e a perspectiva do “alfalettrar” defendida por Soares (2020). Por outro lado, temos o retorno dos métodos tradicionais de alfabetização com PNA, que assume, no contexto da Educação Infantil, uma perspectiva preparatória. Assim, considerando que os documentos curriculares brasileiro, incluindo os da região Nordeste, têm a BNCC como referência, propomo-nos a fazer um estudo comparativo entre tais documentos, tendo como foco a apropriação do sistema de escrita.

3. Procedimentos teórico-metodológicos

No presente estudo, adotamos, em consonância com a natureza do objeto e dos objetivos da pesquisa, a abordagem qualitativa, que, conforme Minayo (2009, p. 21), “trabalha com o universo dos significados, dos motivos, das aspirações, das crenças, dos valores e das atitudes”, compreendidos como fenômenos da humanidade que fazem parte da realidade social, na medida em que os homens pensam sobre suas práticas e interpretam suas ações a partir da vivência com os outros. Dessa forma, por se ocupar dos significados que os sujeitos atribuem aos fenômenos sociais, tal abordagem abrange uma realidade que dificilmente pode ser quantificável.

A partir da compreensão do documento como produto que reflete as concepções e aspirações do contexto sócio-histórico em que foi produzido (LE GOFF, 1990), realizamos uma

pesquisa documental. Segundo Laville e Dione (1999), a coleta de informações a partir de documentos inclui a descrição, transcrição, ordenação e seleção do conteúdo para filtrar as informações relevantes para o estudo.

Neste estudo, analisamos a seção “A etapa da educação infantil” da BNCC, considerando particularmente o campo de experiência “Escuta, Fala, Pensamento e Imaginação”⁷ e as três faixas etárias⁸, além dos nove documentos curriculares dos estados do Nordeste, cujas informações gerais estão sintetizadas no Quadro 1 a seguir.

Quadro 1- Informações gerais sobre os nove documentos curriculares da região Nordeste do Brasil analisados

Documentos Curriculares	Ano de implantação	Número de páginas (educação infantil)	Separação por faixa etária	Nome do(s) componente(s) que evidenciam a língua escrita
Alagoas	2019	75	Sim	Escuta, fala, pensamentos e imaginação
Bahia	2019	30	Sim	Escuta, fala, pensamento e imaginação
Ceará	2019	64	Sim	Escuta, fala, pensamento e imaginação
Maranhão	2019	31	Sim	Escuta, fala, pensamento e imaginação
Paraíba	2018	42	Sim	Escuta, fala, pensamento e imaginação
Pernambuco	2019	46	Sim	Escuta, fala, pensamento e imaginação
Piauí	2020	12	Sim	Escuta, fala, pensamento e imaginação
Rio Grande do Norte	2018	155	Sim	Escuta, fala, pensamento e imaginação
Sergipe	2018	71	Sim	Escuta, fala, pensamento e imaginação

Fonte: Elaboração própria

Conforme o Quadro 1 mostra, os nove documentos curriculares que compreendem os estados da região Nordeste foram, em sua grande maioria, implantados no ano de 2019. Os mais antigos datam de 2018 – Paraíba, Rio Grande do Norte, Sergipe – e o mais recente, implantado

⁷ Esse campo de experiência foi selecionado, tendo em vista que evidencia o trabalho com a linguagem verbal.

⁸ Bebês (zero a 1 ano e 6 meses); Crianças bem pequenas (1 ano e 7 meses a 3 anos e 11 meses); Crianças pequenas (4 anos a 5 anos e 11 meses).

em 2020, é o do Piauí. Isso significa que todos são posteriores à homologação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), ocorrida em 2017. A extensão dos documentos destinada à Educação Infantil apresenta uma diferença, com destaque para Rio Grande do Norte, com mais de 100 páginas, e o documento do Piauí, com apenas 12 páginas⁹. Ressalta-se a semelhança dos documentos no que se refere a separação em faixas etárias e a nomenclatura dos componentes que evidenciam a língua escrita, aspectos que se assemelham à organização da BNCC, com exceção apenas de Alagoas, que apresenta também um tópico denominado “Leitura e Escrita na Educação Infantil”.¹⁰

A análise dos dados concebidos a partir da pesquisa documental foi desenvolvida através da análise temática de conteúdo, que, segundo Bardin (2011, p. 44) configura-se como “um conjunto de técnicas de análise das comunicações que utiliza procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens”. Dessa forma, realizamos, inicialmente, uma leitura flutuante dos objetivos dos documentos curriculares oficiais dos nove estados do Nordeste e a seleção das informações pertinentes para a pesquisa, o que constitui a etapa de “pré-análise”.

Em seguida, fizemos a “exploração do material” com a separação dos dados de acordo com suas aproximações e distanciamentos. Na última etapa, correspondente ao “tratamento dos resultados, a inferência e a interpretação”, agrupamos os dados em categorias a partir dos objetivos do estudo e interpretamos os dados a partir de informações explícitas e implícitas nos documentos.

4. Resultados e discussões dos dados

O tratamento dos dados da BNCC e dos documentos curriculares dos estados do Nordeste¹¹¹² voltados à Educação Infantil resultou na elaboração de categorias temáticas de objetivos relativos à apropriação do sistema de escrita alfabética, a partir dos quais analisamos as aproximações e os distanciamentos entre os documentos.

Conforme apresentado no Quadro 2, a seguir, na faixa etária das Crianças Bem Pequenas (1 ano e 7 meses a 3 anos e 11 meses), a apropriação da escrita alfabética é menos contemplada

⁹ Ressaltar que a maior parte dos documentos curriculares de Educação Infantil divide espaço com Ensino Fundamental, o que pode constituir uma das razões para que a primeira etapa seja reduzida, em termos de número de páginas.

¹⁰ Esse tópico não fez parte da análise desta pesquisa, tendo em vista que o enfoque são os objetivos de aprendizagem.

¹¹ Os documentos do estado do Nordeste, com exceção de Pernambuco e de Sergipe, indicam os mesmos objetivos da BNCC. Nesse sentido, não os inserimos nos quadros.

¹² No caso da faixa etária dos Bebês (zero a 1 ano e 6 meses), não encontramos, como seria de esperar, nenhum objetivo que tratasse sobre o ensino do SEA e, por esse motivo, não a incluímos.

nos documentos analisados. Já na faixa etária das Crianças Pequenas (4 anos a 5 anos e 11 meses) existe uma maior ocorrência de objetivos, com destaque para o currículo de Pernambuco, que sempre apresenta mais objetivos que os demais, contemplando, inclusive, dois aspectos não presentes na BNCC: “conhecimento das letras e exploração de palavras estáveis (nome próprio)”. Além disso, em todos os currículos, o aspecto com maior frequência é a “escrita espontânea”.

Quadro 2 – Ocorrências dos objetivos dos documentos analisados referentes à apropriação da escrita alfabética.

CATEGORIAS	DOCUMENTOS/ FAIXA ETÁRIA ¹³						OCORRÊNCIAS
	BNCC		PERNAMBUCO		SERGIPE		
	C.B.P	C.P	C.B.P	C.P	C.B. P	C.P	
Consciência Fonológica	1	1	1	3	1	1	
Conhecimento das Letras	1		1	1	1		
Escrita espontânea		3	1	3		3	
Exploração de palavras estáveis (nome próprio)			1	2			
Reconhecimento global de palavras		1		1		1	
Distinção entre escrita e ilustração/ convenções da escrita		1		1		1	
Total	2	6	4	9	2	6	

Fonte: dados da pesquisa

Na sequência, discutiremos cada uma das categorias, ilustrando com extratos recortados dos documentos analisados.

4.1 Consciência fonológica

Como podemos observar no Quadro 2, todos os documentos estaduais investigados apresentam, no mínimo, um objetivo, para cada faixa etária, correspondente à Consciência Fonológica, tal como aparece na BNCC. No caso de Pernambuco, há dois objetivos a mais, indicados em C.P. De acordo com Moraes e Silva (2011, p. 75), a consciência fonológica, que envolve a reflexão sobre os segmentos sonoros das palavras, “não é constituída por uma habilidade única, que a criança tem ou não tem, mas por um conjunto de habilidades distintas, que se desenvolvem em momentos diferentes”.

Com relação à presença da escrita nas atividades de consciência fonológica, salientamos a sua importância pois “ajuda os aprendizes a tomarem consciência dos segmentos sonoros das

¹³ Crianças Bem Pequenas (C.B.P); Crianças Pequenas (C.P)

palavras, materializando unidades abstratas para crianças pequenas.” (MORAIS; SILVA, 2011, p. 88). Nesse sentido, compreendemos que, para que as crianças, ainda na Educação Infantil, desenvolvam habilidades de consciência fonológica, faz-se necessário refletir tanto sobre as partes orais quanto sobre as partes escritas das palavras (MORAIS; LEITE, 2005).

A BNCC, assim como os Documentos do Estado do Nordeste¹⁴ (DENE), indicam o seguinte objetivo para a faixa etária de Crianças Bem Pequenas: “(EI02EF02) Identificar e criar diferentes sons e reconhecer rimas e aliterações em cantigas de roda e textos poéticos” (BRASIL. MEC, 2018, p. 49). O trabalho com gêneros que fazem parte do universo infantil é fundamental no contexto da Educação Infantil, pois, “por serem textos curtos, que as crianças facilmente memorizam ou já sabem de cor, eles permitem focalizar a atenção na notação escrita, enquanto se reflete sobre as palavras orais e seus segmentos.” (MORAIS; LEITE, 2005, p. 86)

O objetivo que o Currículo de Pernambuco propõe: “(EI02EF02PE) Identificar e criar ludicamente diferentes sons, reconhecer rimas e aliterações em cantigas de roda e textos poéticos” (SEE, UNDIME/PE, 2018, p. 88 *grifos nossos*) é bem similar ao da BNCC, mas dá ênfase à presença da ludicidade, elemento importante no trabalho pedagógico na Educação Infantil, que, aliado à reflexão sobre os segmentos sonoros, contribui para a ampliação de conhecimentos sobre escrita alfabética.

Leal e Silva (2011, p. 64) destacam que as brincadeiras com as palavras contribuem para o desenvolvimento de habilidades de reflexão fonológica, “como a de comparar palavras quanto às semelhanças sonoras, como as rimas e as aliterações, segmentar palavras, sílabas, comparar palavras quanto ao tamanho”.

No documento de Sergipe, também percebemos uma semelhança em relação ao objetivo da BNCC voltado a Crianças bem pequenas. Porém, cabe pontuar que a diferença entre eles está no destaque que o primeiro faz com relação à valorização da cultura local e regional do estado: “(EI02EF02) Identificar e criar diferentes sons e reconhecer rimas e aliterações em cantigas de roda e textos poéticos, valorizando aspectos da cultura local e regional sergipana.” (SERGIPE, 2018, p. 85 *grifos nossos*)

Ao investigarmos a faixa etária das Crianças Pequenas (4 anos a 5 anos e 11 meses) encontramos, na BNCC e nos DENE¹⁵, o seguinte objetivo: “(EI03EF02) Inventar brincadeiras cantadas, poemas e canções, criando rimas, aliterações e ritmos.” (BRASIL. MEC, 2018, p. 49), que também ressalta a importância das brincadeiras e gêneros da tradição infantil e o trabalho

¹⁴ Alagoas; Bahia; Ceará; Maranhão; Paraíba; Piauí e Rio Grande Do Norte.

¹⁵ Documentos do Estado do Nordeste.

com aliterações e rimas, isto é, a exploração de palavras que começam ou terminam com os mesmos sons. Nesse caso, o verbo utilizado (criar) indica que as crianças produzem aliterações e rimas.

O documento de Pernambuco, por sua vez, insere nesse objetivo a valorização da diversidade cultural, como podemos observar a seguir: “(EI03EF02PE) Inventar brincadeiras cantadas, poemas e canções, criando rimas, aliterações e ritmos, valorizando a diversidade cultural” (SEE, UNDIME/PE, 2018, p. 94 *grifos nossos*). Além disso, apresenta um segundo objetivo (EI03EF08PE), como já dito, que menciona a “[...] leitura de poemas reconhecendo palavras que rimam” (SEE, UNDIME/PE, 2018, p. 97) e um terceiro (EI03EF12PE) ¹⁶que enfatiza o reconhecimento dos segmentos sonoros. (SEE, UNDIME/PE, 2018, p. 99)

Por fim, o Currículo de Sergipe indica o seguinte objetivo: “(EI03EF02) Ouvir, inventar ou recriar brincadeiras cantadas, poemas e canções, criando rimas, aliterações e ritmos, desenvolvendo a imaginação, a criatividade e construindo noções de linguagem oral e escrita” (SERGIPE, 2018, p. 97). Nesse sentido, o que difere esse objetivo do que é indicado na BNCC é o acréscimo dos verbos “ouvir” e “recriar”, além da conjunção alternativa “ou” (“inventar” ou “recriar”), que parece expressar uma alternativa ao objetivo mais exigente de “inventar brincadeiras cantadas, poemas e canções”. Há, nesse objetivo, também, o acréscimo do desenvolvimento da imaginação e da criatividade, que são aspectos próprios da infância, além da construção da linguagem oral e escrita pela criança.

4.2 Conhecimento das letras

A BNCC, bem como os documentos do Estado do Nordeste, apresenta um objetivo proposto para a faixa etária das Crianças bem pequenas, que trata do conhecimento das letras em meio a outras formas de representação externa: “(EI02EF09) Manusear diferentes instrumentos e suportes de escrita para desenhar, traçar letras e outros sinais gráficos” (BRASIL, 2018, p. 50). Soares (2017) ao analisar a terceira versão da BNCC, observou que esse documento não apresentava objetivos que tratassem do “reconhecimento das letras do alfabeto”, aprendizagem fundamental para apropriação do sistema de escrita, que, segundo

¹⁶ Esse objetivo envolve três categorias: Consciência fonológica, Conhecimento das letras e Exploração de palavras estáveis (nome próprio).

Brandão e Leal (2011), contribui de modo especial para que as crianças compreendam que ao escrever utilizamos letras.

Tanto o currículo de Pernambuco quanto o de Sergipe indicam objetivos bem similares ao supracitado. O primeiro documento acrescenta o seguinte trecho: “de forma espontânea e significativa (convites de festas de aniversários, bilhetes, cartões, etc.)” (SEE, UNDIME/PE, 2018, p. 92), que indica o modo como as ações desenvolvidas pelas crianças precisariam acontecer, isto é, “de forma espontânea e significativa”, no contexto de gêneros textuais como convites de festas de aniversários, bilhetes e cartões. Quanto ao segundo documento, destacamos a inserção do trecho: “de forma lúdica e valorizar suas próprias produções e dos outros” (SERGIPE, 2018, p. 86). Em ambos os casos, parece existir a necessidade de explicitação de que o traçado de letras, na faixa etária das Crianças bem pequenas, deveria ocorrer de “forma espontânea e significativa” ou “lúdica”.

Na faixa etária das C.P, não identificamos objetivos relacionados ao “conhecimento de letras” na BNCC nem nos DENE, com exceção de Pernambuco que apresentar um objetivo (EI03EF12PE) que trata da grafia do nome próprio. Dessa forma, assim como Morais, Silva e Nascimento (2020), ressaltamos a estranheza de o “traçado de letras” aparecer apenas para as C.B.P. Salientamos, ainda, que o currículo de Pernambuco apresenta dois objetivos¹⁷ (EI03EF10PE); (EI03EF05PE) para C.P que mencionam o uso da letra bastão em situações de produção de textos, tendo o professor como escriba, aspecto não contemplado na BNCC.

Nesse sentido, observamos nos documentos analisados pouco investimento com relação ao conhecimento das letras, fator necessário no processo de apropriação da escrita, tendo em vista que “ao interagirem (as crianças) em diferentes situações de escrita e uso das letras, começam a perceber as propriedades do nosso sistema de escrita alfabético no que se refere ao uso das letras para representar a sequência sonora das palavras com as quais convivem.” (ALBUQUERQUE; LEITE, 2011, p. 97). Para compreender o princípio alfabético, bem como avançar em suas hipóteses de escrita, os aprendizes precisam vivenciar, em contextos significativos, oportunidades de conhecer e identificar o nome e o formato das letras, bem como de traçá-las.

4.3 Escrita Espontânea

No que concerne à escrita espontânea, observamos que, com relação à faixa etária das Crianças bem pequenas, o documento de Pernambuco é o único a propor um objetivo que pode

¹⁷ Esses objetivos não foram contemplados nos quadros, pois não se referem diretamente à apropriação do SEA.

contemplar esse aspecto, embora isso não apareça de modo explícito: “(EI02EF12PE) Interessar-se pela escrita de outras palavras significativas, além do seu próprio nome”. (SEE, UNDIME/PE, 2018, p. 93). Sendo assim, a escrita de palavras significativas constitui, se não são resultado de cópia, como uma indicação importante, pois refletem o que as crianças, mesmo pequenas, compreendem sobre a escrita e suas convenções.

Mediante a perspectiva construtivista, ao escrever, as crianças realizam um grande esforço intelectual e colocam no papel suas ideias sobre o sistema de escrita alfabética. Dessa forma, diferentemente da concepção tradicional, de acordo com qual, segundo Coutinho (2005, p. 48), “as crianças deveriam escrever exclusivamente para acertar”, as escritas espontâneas são consideradas fundamentais no percurso evolutivo de apropriação do SEA, por permitir a reflexão dos aprendizes sobre a escrita e constituírem indicadores do que já sabem e do que ainda precisam aprender.

Com relação à faixa etária das Crianças Pequenas, todos os documentos estaduais apresentam três objetivos de aprendizagem que destacam a presença da escrita espontânea, tal como na BNCC. Assim, tais documentos propõem: “(EI03EF01) Expressar ideias, desejos e sentimentos sobre suas vivências, por meio da linguagem oral e escrita (escrita espontânea), de fotos, desenhos e outras formas de expressão” (BRASIL. MEC, 2018, p. 49).

O objetivo (EI03EF01PE) do Currículo de Pernambuco tem a redação bem similar ao da BNCC, mas acrescenta o seguinte trecho: “comunicando-se com diferentes intenções e em diferentes contextos.” (SEE, UNDIME/PE, 2018, p. 93-94), que remete às variações com relação à intenção e ao contexto do uso da linguagem oral e escrita. O documento de Sergipe, por sua vez, também traz o mesmo objetivo da BNCC, mas reforça que a expressão da criança precisa acontecer “ainda que de forma não convencional.” (SEE, UNDIME/PE, 2018, p. 97)

Quanto ao segundo objetivo, a BNCC e os DENE, com exceção apenas do documento de Pernambuco, indicam: “(EI03EF06) Produzir suas próprias histórias orais e escritas (escrita espontânea), em situações com função social significativa.” (BRASIL. MEC, 2018, p. 50) O objetivo (EI03EF06PE) do Currículo de Pernambuco difere dos demais apenas por incluir que a produção feita pelo aprendiz precisa acontecer “a partir de seus conhecimentos prévios.” (SEE, UNDIME/PE, 2018, p. 96). Compreendemos, assim, que a ênfase nos conhecimentos prévios é importante, por considerar a criança como “sujeito cognoscente, alguém que pensa, que constrói interpretações, que age sobre o real para fazê-lo seu.” (FERREIRO, 2001, p. 41) e, por isso, supera a “imagem empobrecida” do aprendiz como alguém que mecanicamente escuta os sons das letras, associa-os à sua forma gráfica e marca-os no papel.

O terceiro objetivo de aprendizagem: “(EI03EF09) Levantar hipóteses em relação à linguagem escrita, realizando registros de palavras e textos, por meio de escrita espontânea” (BRASIL. MEC, 2018, p. 50) é apresentado tanto na BNCC quanto nos documentos do Estado do Nordeste. Ressaltamos que o documento de Pernambuco indica o mesmo objetivo, porém retira a vírgula após a palavra “textos”, o que não causa nenhuma alteração no sentido.

Entendemos que, por meio da escrita espontânea, as crianças têm a possibilidade de fazer tentativas despreziosas que envolvem trabalho cognitivo, tendo em vista que, para realizar tal ação, mobilizam todos os conhecimentos que possuem sobre o SEA. Sendo assim, segundo Brandão e Leal (2011), os momentos em que os aprendizes brincam de faz de conta que escrevem ou leem é de fundamental importância.

4.4 Exploração de palavras estáveis (nome próprio) e reconhecimento global de outras palavras

Na análise dos documentos, destacamos que somente o Currículo do Estado de Pernambuco indica objetivos de aprendizagem que envolvem a exploração de palavras estáveis (nome próprio), indo, portanto, além da BNCC, que ignora a relevância do trabalho com nome próprio na Educação Infantil. Segundo Morais (2012), as palavras que se tornam estáveis na mente das crianças, a partir da exposição frequente e do reconhecimento de memória das letras e da ordem em que se encontram, contribuem para a compreensão de alguns princípios do sistema de escrita. Isso acontece porque os aprendizes passam a refletir sobre os aspectos da escrita ao registrar palavras, como o nome próprio, que “guardam na mente”.

Com relação às Crianças bem pequenas, o documento apresenta o seguinte objetivo: “(EI02EF11PE) Reconhecer a escrita do seu primeiro nome, grafado em letra maiúscula de imprensa (letra bastão), em situações significativas.” (SEE, UNDIME/PE, 2018, p. 93). Brandão e Girão (2020) recomendam que, no momento inicial do processo de aprendizagem da escrita alfabética, seja apresentado apenas o primeiro nome das crianças, para que assim possam refletir sobre a sua escrita e observar o nome dos colegas. Ainda citam o momento da “chamadinha” como um exemplo de oportunidade para incluir a exploração do nome próprio.

Ressaltamos o destaque que o documento faz com relação ao uso da letra maiúscula de imprensa, o que não aparece na BNCC. Segundo Morais e Silva (2011, p. 79), por ser mais fácil de traçar, permite que as crianças que estão iniciando o processo de alfabetização realizem “uma série de operações cognitivas (como contar as letras, compará-las, analisar sua ordem) diante das sequências escritas que observa ou que ele próprio escreve.” Sendo assim, a letra bastão é

mais apropriada para o contexto da Educação infantil, mas isso não significa que os outros formatos de letras devem ser eliminados da sala de aula. (ALBUQUERQUE; LEITE, 2011)

Na faixa etária das Crianças Pequenas, o documento curricular de Pernambuco propõe dois objetivos de aprendizagem que abrangem a exploração de palavras estáveis (nome próprio). O primeiro propõe que os aprendizes possam “(EI03EF12PE) Reconhecer semelhanças e diferenças entre o seu nome e o de seus colegas, quanto à grafia e aos segmentos sonoros”. (SEE, UNDIME/PE, 2018, p. 99). Esse objetivo envolve também a reflexão sobre os aspectos gráficos e sonoros que compõem os nomes próprios das crianças.

Coutinho (2005, p. 54) enfatiza a importância do nome próprio como palavra estável ao argumentar que “pode auxiliar na percepção de que partes iguais se escrevem de forma semelhante e partes (sílabas ou letras) presentes no nome de um aluno também podem ser encontradas nos nomes de outros colegas”. Assim, os alunos tendem a avançar em suas hipóteses e reconstruir ideias que, em algum momento, representaram conflitos cognitivos.

Quanto ao segundo objetivo, o documento sugere que as crianças possam: “(EI003EF11PE) Escrever seu nome (escrita espontânea ou convencional) utilizando letras bastão”. (SEE, UNDIME/PE, 2018, p. 98-99). Nesse sentido, observa-se uma progressão, pois, na faixa etária anterior, espera-se que as crianças sejam capazes de reconhecer a escrita do seu primeiro nome.

Em síntese, concordamos que “a escrita do próprio nome parece ser uma peça-chave para o início da compreensão da forma de funcionamento do sistema de escrita” (TEBEROSKY, 1993 p.35 apud SILVA; SANTIAGO, 2010, p. 5), pois contribui para a reflexão sobre uma série de conhecimentos sobre o sistema de escrita alfabética.

Acerca do “Reconhecimento global de outras palavras”, encontramos apenas 1 (um) objetivo em cada documento, referente à faixa etária das Crianças Pequenas. A BNCC e os documentos do Estado do Nordeste indicam “(EI03EF03) Escolher e folhear livros, procurando orientar-se por temas e ilustrações e tentando identificar palavras conhecidas” (BRASIL, 2018, p. 49). De forma semelhante, o Currículo de Pernambuco propõe “(EI03EF03PE) Folhear livros e escolher aqueles que mais gostam para ler, procurando orientar-se por temas e ilustrações, tentando identificar palavras conhecidas.” (SEE, UNDIME/PE, 2018, p. 95). Nesse caso, acrescenta-se “aqueles que mais gostam para ler”.

De acordo com Brandão e Leal (2011), é preciso que na Educação Infantil as crianças vivenciem diariamente atividades em que possam “reconhecer globalmente o seu nome e o nome dos colegas” (p. 29), pois isso contribui para alfabetização das crianças na perspectiva do

letramento. Nesse sentido, a identificação de palavras conhecidas proposta pelos documentos analisados pode auxiliar na escrita e na leitura de outras palavras que ainda não fazem parte do repertório dos aprendizes.

4.5 Distinção entre escrita e ilustração/convenções da escrita

Encontramos nos documentos analisados apenas 1 (um) objetivo para a faixa etária de Crianças Pequenas que envolve a distinção entre escrita e ilustração, bem como algumas convenções que utilizamos ao escrever. Nesse sentido, a BNCC e os documentos do Estado do Nordeste propõem: “(EI02EF03) Demonstrar interesse e atenção ao ouvir a leitura de histórias e outros textos, diferenciando escrita de ilustrações, e acompanhando, com orientação do adulto-leitor, a direção da leitura (de cima para baixo, da esquerda para a direita)” (BRASIL, 2018, p. 49). No objetivo indicado no currículo de Pernambuco (SEE, UNDIME/PE, 2018, p. 89), observamos apenas a remoção da vírgula após a palavra “ilustrações”.

Tendo em vista que, em um momento inicial do processo de alfabetização, as crianças que se encontram com hipótese pré-silábica ainda não diferenciam desenho e escrita, faz-se necessário, ainda na Educação Infantil, que sejam dadas oportunidades de perceberem que se escreve “com letras que não podem ser inventadas, que têm um repertório finito e que são diferentes de números e de números e de outros símbolos” (MORAIS, 2012, p. 51).

Segundo Morais (2012), a apropriação do sistema escrita alfabética acontece através de um processo evolutivo que pressupõe compreender dois aspectos importantes: conceituais e convencionais. Com relação aos segundos, ressaltamos que “têm a ver com convenções, que poderiam ser alteradas por acordo social, sem que a natureza alfabética do sistema fosse mudada” (MORAIS, 2012, p. 50), como, por exemplo, a direção e o sentido da escrita.

5. Considerações Finais

Ao longo da nossa pesquisa, buscamos interpretar os dados gerados na BNCC e nos documentos curriculares dos nove estados do Nordeste voltados à Educação infantil, no que se refere ao ensino da escrita alfabética, partindo do pressuposto de que é possível garantir às crianças dessa etapa da escolarização o direito de começar a compreender alguns princípios do sistema de escrita e dominar certas convenções dele de forma lúdica, significativa e contextualizada, preservando as especificidades da infância.

Em relação às aproximações, identificamos que a maioria dos documentos curriculares dos estados do Nordeste reproduz literalmente os objetivos de aprendizagem e desenvolvimento da BNCC. Com relação aos distanciamentos, observamos que, apesar de utilizarem a BNCC

como referência, os currículos de Sergipe e, sobretudo, o de Pernambuco apresentam mudanças nos objetivos indicados, recontextualizando, portanto, o que propõe a Base. O primeiro documento (Sergipe), indica modificações nos objetivos de consciência fonológica, conhecimento das letras e o no primeiro objetivo que se refere à escrita espontânea. Mesmo assim, também se aproxima muito da BNCC. O principal destaque é com relação ao currículo de Pernambuco, que propõe objetivos similares ao da BNCC, mas sempre com algumas modificações, apresentando, inclusive, objetivos não contemplados na Base.

Dessa forma, o documento de Pernambuco é o que mais se distancia do que é proposto pela Base Nacional Comum Curricular, principalmente ao propor objetivos ausentes nos outros documentos, no que se refere ao conhecimento das letras, exploração de palavras estáveis (nome próprio), escrita espontânea, no caso de C.B.P., e adiciona dois objetivos voltados à consciência fonológica para a faixa etária das C.P, dos quais o último também envolve outras duas categorias (exploração de palavras estáveis e conhecimento das letras), além de indicar o uso da letra bastão.

Para encerrar o presente artigo, concluímos que um estudo não esgota suas discussões em uma pesquisa, podendo ser mais aprofundado. Dessa forma, a inquietação que deu origem a este trabalho mostrou-nos que ainda temos muito a investigar sobre o ensino da escrita alfabética nos documentos curriculares nacionais voltados à Educação infantil, incluindo também o letramento, tendo em vista que esse aspecto precisa ser desenvolvido simultaneamente ao da alfabetização e a concepção teórica sobre alfabetização.

6. Referências

ALAGOAS. Secretaria do Estado da Educação de Alagoas. União dos Dirigentes Municipais de Educação. Referencial Curricular de Alagoas: Educação Infantil. Alagoas, 2019.

ALBUQUERQUE, E. B. C.; LEITE, T. M. R. Explorando letras na Educação Infantil. In: BRANDÃO, A. C. P.; ROSA, E. C. S. (Orgs.) **Ler e escrever na Educação Infantil: discutindo práticas pedagógicas**. Belo Horizonte: Autêntica, 2011.

BAHIA. Secretaria da Educação do Estado da Bahia. Documento curricular referencial da Bahia para educação infantil e ensino fundamental / Secretaria da Educação do Estado da Bahia. – Rio de Janeiro: FGV Editora, 2019.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. 1ª ed, 2ª reimpressão: São Paulo: Edições 70. 2011.

BRANDÃO, A. C. P.; LEAL, T. F. Alfabetizar e letrar na Educação Infantil: O que isso significa? In: BRANDÃO, A. C. P.; ROSA, E. C. S. (Orgs.) **Ler e escrever na Educação Infantil: discutindo práticas pedagógicas**. Belo Horizonte: Autêntica, 2011.

BRANDÃO A. C. P.; GIRÃO F. M. P. “Olha o meu nome!”: a chamadinha e outras possibilidades para ler e escrever os nomes das crianças. In: BRANDÃO A. C. P.; ROSA E.

- C. S. (Orgs). **Leitura e escrita com crianças de 4 e 5 anos: Caderno de mediações pedagógicas: Manual do professor** / Secretaria de Educação e Esportes. Recife: A Secretaria, 2020. 197p.il. Disponível em:
file:///C:/Users/Vitoria/Documents/Vamos%20concluir!%20DEU%20CERTO/OK%20CADE RNO%20DE%20MEDIA%C3%87%C3%95ES%20PEDAG%C3%93GICAS_n%C3%A3o%20corrigido.pdf. Acesso em: agosto de 2023.
- BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, 2017. Disponível em:
<<http://basenacionalcomum.mec.gov.br/wp-content/uploads/2018/02/bncc-20dez-site.pdf>>. Acesso em: abril 2023.
- CEARÁ. Secretária da Educação do Estado do Ceará. Documento Curricular Referencial do Ceará: educação infantil e ensino fundamental / Secretária da Educação do Estado do Ceará. - Fortaleza: SEDUC, 2019.
- COUTINHO, M. L. Psicogênese da língua escrita: O que é? Como intervir em cada uma das hipóteses? Uma conversa entre professores. *In*: DE MORAIS, Artur Gomes; DE ALBUQUERQUE, Eliana Borges Correia; LEAL, Telma Ferraz (Ed.). **Alfabetização: apropriação do sistema de escrita alfabética**. Autêntica, 2005.
- DE ARAUJO, L. C. **Brincar com a linguagem: educação infantil “rima” com alfabetização?** Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação, v. 11, n. 4, p. 2325-2343, 2016.
- DE ARAUJO, L. C. **Ler, escrever e brincar na educação infantil: uma dicotomia mal colocada**. Revista Contemporânea de educação, v. 12, n. 24, p. 344-361, 2017.
- FERREIRO, Emília. **Reflexões sobre alfabetização**. 24. Ed. Atualizada – São Paulo: Cortez, 2001.
- LAVILLE, C.; DIONNE, J. **A construção do saber: manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas**. Porto Alegre: Artmed; Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.
- LEAL, T. M. R. (Orgs.) **Alfabetização: apropriação do sistema de escrita alfabética**. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.
- LEAL, T. F.; SILVA, A. Brincando, as crianças aprendem a falar e a pensar sobre a língua. *In*: BRANDÃO, A. C. P.; ROSA, E. C. S. (Orgs.) **Ler e escrever na Educação Infantil: discutindo práticas pedagógicas**. Belo Horizonte: Autêntica, 2011.
- LE GOFF, J. **História e memória**. Campinas: Unicamp, 1990.
- MARANHÃO. Secretária da Educação do Estado do Maranhão. Documento Curricular Referencial do Maranhão / Secretária da Educação do Estado do Maranhão. - Rio de Janeiro: FGV Editora, 1ª edição – 2019.
- MORAIS, A. G.; ALBUQUERQUE, E. B. C.; BRANDÃO, A. C. P. A. **Refletindo sobre a língua escrita e sobre sua notação no final da educação infantil**. Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos, v. 97, p. 519-533, 2016.
- MORAIS, A. G.; LEITE, T. M. R. Como promover o desenvolvimento das habilidades de reflexão fonológica dos alfabetizandos? *In*: MORAIS, A. G.; ALBUQUERQUE, E. B. C.; LEAL, T. M. R. (Orgs.) **Alfabetização: apropriação do sistema de escrita alfabética**. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

- MORAIS, A. G.; SILVA, A. Consciência fonológica na Educação Infantil: desenvolvimento de habilidades metalinguísticas e aprendizado da escrita alfabética. In: BRANDÃO, A. C. P.; ROSA, E. C. S. (Orgs.) **Ler e escrever na Educação Infantil: discutindo práticas pedagógicas**. Belo Horizonte: Autêntica, 2011.
- MORAIS, A. G.; SILVA, A.; NASCIMENTO, G. S. **Ensino da notação alfabética e práticas de leitura e escrita na educação infantil: uma análise das três versões da Base Nacional Comum Curricular**. Revista Brasileira de Educação, v. 25, 2020.
- MORAIS, A. G. **Sistema de escrita alfabética**. São Paulo: Melhoramentos, 2012. (Como eu ensino).
- MINAYO, M. C. S. (org.) **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 28. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.
- NOGUEIRA, G. M. **Impactos da política nacional da alfabetização para educação infantil: um retrocesso**. Revista Brasileira de Alfabetização – ABAlf. Belo Horizonte, MG.v. 1 n. 10 (Edição Especial). p. 97-102. jul./dez. 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.47249/rba.2019.v1.362>. Acesso em: abril 2023.
- PARAÍBA. **Proposta Curricular do Estado da Paraíba: educação infantil e ensino fundamental**. Secretaria de Estado da Educação e da Ciência e Tecnologia da Paraíba.:2018
- PERNAMBUCO. Secretaria de Educação Currículo de Pernambuco: Educação Infantil. Recife-PE, 2019.
- PIAUI. Currículo do Piauí: um marco para educação do nosso estado: educação infantil, ensino fundamental / Organizadores Carlos Alberto Pereira da Silva... [et al.]. – Rio de Janeiro: FGV Editora, 2020.
- RIO GRANDE DO NORTE. Secretaria da Educação e da Cultura. Documento curricular do Estado do Rio Grande do Norte: educação infantil [recurso eletrônico] / Secretaria da Educação e da Cultura. – Dados eletrônicos. – Natal: Offset, 2018.
- SILVA, M. M. M.; SANTIAGO, A. L. **Entre a letra e o nome: impasses subjetivos presentes no processo de alfabetização**. Proceedings off the 8th O declínio dos saberes e o mercado do gozo, 2010.
- SERGIPE. **Currículo de Sergipe: educação infantil e ensino fundamental**. Secretaria de Estado da Educação de Sergipe.:2018
- SOARES, M. Alfabetização e letramento na educação infantil. Revista Pátio Educação Infantil, Porto Alegre, ano VII, n. 20, p. 6-9, jul./out. 2009.
- SOARES, M. **Alfalettrar: toda criança pode aprender a ler e a escrever**. São Paulo: Contexto, 2020.
- SOARES, M. **Leitura Crítica – A etapa da educação infantil BNCC - 3ª versão**. Brasília, DF, 2017. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/relatorios-analiticos/Parecer_2_Infantil_Magda_Becker_Soares.pdf. Acesso em: agosto de 2023.
- SOARES, M. **Letramento e alfabetização: as muitas facetas**. Revista Brasileira de Educação, n. 25, pp. 5-17, 2004
- SOARES, M. **Por uma alfabetização até os oito anos de idade**. 2010

ANEXO

Quadro 3 - Objetivos dos documentos analisados referentes à apropriação da escrita alfabética.

OBJETIVOS						
	BNCC		PERNAMBUCO		SERGIPE	
	Crianças Bem Pequenas: 1 ano e 7 meses a 3 anos e 11 meses	Crianças Pequenas: 4 anos a 5 anos e 11 meses	Crianças Bem Pequenas: 1 ano e 7 meses a 3 anos e 11 meses	Crianças Pequenas: 4 anos a 5 anos e 11 meses	Crianças Bem Pequenas: 1 ano e 7 meses a 3 anos e 11 meses	Crianças Pequenas: 4 anos a 5 anos e 11 meses
Consciência Fonológica	(EI02EF02) Identificar e criar diferentes sons e reconhecer rimas e aliterações em cantigas de roda e textos poéticos.	(EI03EF02) Inventar brincadeiras cantadas, poemas e canções, criando rimas, aliterações e ritmos.	(EI02EF02PE) Identificar e criar <u>ludicamente</u> diferentes sons, reconhecer rimas e aliterações em cantigas de roda e textos poéticos.	(EI03EF02PE) Inventar brincadeiras cantadas, poemas e canções, criando rimas, aliterações e ritmos, <u>valorizando a diversidade cultural.</u>	(EI02EF02) Identificar e criar diferentes sons e reconhecer rimas e aliterações em cantigas de roda e textos poéticos, <u>valorizando aspectos da cultura local e regional sergipana.</u>	(EI03EF02) Ouvir, inventar <u>ou recriar</u> brincadeiras cantadas, poemas e canções, criando rimas, aliterações e ritmos, <u>desenvolvendo a imaginação, a criatividade e construindo noções de linguagem oral e escrita.</u>
				(EI03EF08PE) Selecionar livros e textos de gêneros conhecidos e variados para a leitura de um adulto e/ou para sua própria leitura, identificando elementos da estrutura de gêneros textuais, como apresentar um livro pela leitura do título, uma história mostrando a capa do livro, o título e o nome do autor, <u>leitura de poemas reconhecendo</u>		

				palavras que rimam etc.		
				(EI03EF12PE) Reconhecer semelhanças e diferenças entre o seu nome e o de seus colegas, quanto à grafia e aos segmentos sonoros. ¹⁸		
Conhecimento das Letras	(EI02EF09) Manusear diferentes instrumentos e suportes de escrita para desenhar, traçar letras e outros sinais gráficos		(EI02EF09PE) Manusear diferentes instrumentos e suportes de escrita para desenhar, traçar letras e outros sinais gráficos, <u>de forma espontânea e significativa (convites de festas de aniversários, bilhetes, cartões, etc.)</u>		(EI02EF09) Manusear diferentes instrumentos e suportes de escrita para desenhar, traçar letras e outros sinais gráficos <u>de forma lúdica e valorizar suas próprias produções e dos outros.</u>	
Escrita espontânea		(EI03EF01) Expressar ideias, desejos e sentimentos sobre suas vivências, por meio da linguagem oral e escrita (escrita espontânea), de fotos, desenhos e outras formas de expressão.	(EI02EF12PE) Interessar-se pela escrita de outras palavras significativas, além do seu próprio nome.	(EI03EF01PE) Expressar ideias, desejos e sentimentos sobre suas vivências, por meio da linguagem oral e escrita (escrita espontânea), de fotos, desenhos e outras formas de expressão, <u>comunicando-se com diferentes intenções e em diferentes contextos.</u>		(EI03EF01) Expressar ideias, desejos e sentimentos sobre suas vivências, por meio da linguagem oral e escrita (escrita espontânea), de fotos, desenhos e outras formas de expressão, <u>ainda que de forma não convencional.</u>
		(EI03EF06) Produzir suas próprias histórias orais e		(EI03EF06PE) Produzir seus próprios textos orais e escritos		Igual BNCC

¹⁸ Esse Objetivo também envolve outras duas categorias (Conhecimento das Letras e Exploração de palavras estáveis (nome próprio)).

		escritas (escrita espontânea), em situações com função social significativa.		(escrita espontânea), em situações com função social significativa <u>a partir de seus conhecimentos prévios.</u>		
		(EI03EF09) Levantar hipóteses em relação à linguagem escrita, realizando registros de palavras e textos, por meio de escrita espontânea.		(EI03EF09) Levantar hipóteses em relação à linguagem escrita, realizando registros de palavras e textos por meio de escrita espontânea.		Igual BNCC
Exploração de palavras estáveis (nome próprio)			(EI02EF11PE) Reconhecer a escrita do seu primeiro nome, grafado em letra maiúscula de imprensa (letra bastão), em situações significativas.	(EI003EF11PE) Escrever seu nome (escrita espontânea ou convencional) utilizando letras bastão.		
Reconhecimento global de palavras		(EI03EF03) Escolher e folhear livros, procurando orientar-se por temas e ilustrações e tentando identificar palavras conhecidas.		(EI03EF03PE) Folhear livros e escolher aqueles que mais gostam para ler, procurando orientar-se por temas e ilustrações, tentando identificar palavras conhecidas.		Igual BNCC
Distinção entre escrita e ilustração/ convenções da escrita		(EI02EF03) Demonstrar interesse e atenção ao ouvir a leitura de histórias e outros textos, diferenciando escrita de ilustrações, e acompanhando, com orientação do		(EI02EF03PE) Demonstrar interesse e atenção ao ouvir a leitura de histórias e outros textos, diferenciando escrita de ilustrações e acompanhando, com orientação do adulto-		Igual BNCC

		adulto-leitor, a direção da leitura (de cima para baixo, da esquerda para a direita).		leitor, a direção da leitura (de cima para baixo, da esquerda para a direita).		
--	--	---	--	--	--	--

Fonte: dados da pesquisa

MARIA VITÓRIA BEZERRA DA SILVA

ENSINO DA ESCRITA ALFABÉTICA NA EDUCAÇÃO INFANTIL: um estudo sobre as aproximações e os distanciamentos entre a BNCC e os documentos curriculares dos estados da região Nordeste

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Coordenação do Curso de Licenciatura em Pedagogia do Campus Agreste da Universidade Federal de Pernambuco – UFPE, como requisito parcial para a obtenção do título de Licenciado(a) em Pedagogia.

Aprovado(a) em: 22/09/2023

BANCA EXAMINADORA

Prof. Alexsandro da Silva
Núcleo de Formação Docente/CAA - UFPE
(Orientador)

Profa. Renata Adjaína Silva de Araujo
(Examinadora)

Profa. Islayne Barbosa de Sá Gonçalves
(Examinadora)